

# Estatutos da Associação de pais e Encarregados de Educação da

## **Escola Básica Nº1 de Gondomar – APEBN1**

### **Capítulo I** **Da Associação**

#### **Artigo 1º** **Denominação**

A associação adota a denominação “Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Nº1 de Gondomar – APEBN1”, adiante designada por Associação.

#### **Artigo 2º** **Objeto**

A Associação tem por objeto, o exercício do direito de pais e encarregados de educação participarem na educação, promoção e integração escolar dos seus filhos e educandos. Representar o interesse dos Pais e Encarregados de Educação no que respeita à vida escolar, contribuindo para o estudo e resolução dos respetivos problemas.

#### **Artigo 3º** **Sede e Duração**

1. A associação tem sede nas instalações da Escola Básica Nº1 de Gondomar, situada na Rua do Pinheiro Manso, s/n, Freguesia de São Cosme, concelho de Gondomar, podendo ser transferida para outro local desde que situado nos limites territoriais da Freguesia de São Cosme.
2. A Associação é constituída por tempo indeterminado e só poderá ser dissolvida por decisão da Assembleia-Geral, convocada para o efeito, nos termos dos presentes estatutos.

#### **Artigo 4º** **Natureza**

1. A associação que se regerá pelos presentes estatutos aprovados em Assembleia-geral, é uma associação de direito privado, interesse público, educativo, formativo, cultural e científico, sem fins lucrativos e independente de qualquer ideologia política ou religiosa, que respeita as diversas correntes de opinião e os padrões de direito natural reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e procurando assegurar que a educação e ensino dos filhos ou educandos dos associados se processe segundo os princípios da Declaração dos Direitos da Criança.
2. A associação poderá filiar-se, federar-se e cooperar com associações congéneres, a nível de: agrupamento, local, regional, nacional e internacional.
3. A associação poderá colaborar e cooperar com associações de caráter educativo, formativo, cultural, científico ou desportivo, desde que daí advenham vantagens coletivas para os filhos ou educandos dos associados.

## Artigo 5º

### **Fins**

São fins da Associação:

1. Contribuir para a Escola atingir os objetivos do Jardim de Infância e 1º Ciclo do ensino Básico, designados na lei de Bases do Sistema Educativo;
2. Dar o máximo apoio à Escola, no que respeita à ação educativa, cultural, moral e social;
3. Promover a segurança e bem estar dos alunos;
4. Dinamizar e consciencializar os associados em ordem à vivência e defesa dos valores fundamentais da família e dos deveres do educador, de modo a assegurar o bom desempenho da ação educativa da Escola;
5. Fomentar a colaboração efetiva entre Pais e Encarregados de Educação e a restante comunidade educativa; nomeadamente através da participação nos órgãos de gestão escolar;
6. Apoiar e desenvolver iniciativas de carácter educativo ou social compatível com a natureza e objetivos da associação de iniciativa própria ou sempre que para tal seja solicitada a sua colaboração, quer pela Escola, quer por Associações congéneres ou outras entidades interessadas no sucesso educativo.
7. Providenciar o aproveitamento dos tempos livres dos alunos, bem como os membros da Associação, de forma a melhorar a qualidade da vivência;
8. Informar os Pais e Encarregados de Educação, sócios ou não, quanto ao funcionamento da escola e da Política Educativa;
9. Estimular a colaboração com outras organizações afins.

## **Capítulo II**

### **Dos Associados**

## Artigo 6º

### **Associados**

Haverá três categorias de associados quanto a direitos e deveres: membros efetivos, membros honorários e membros extraordinários.

## Artigo 7º

### **Membros Efetivos**

São membros efetivos, todos os pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Básica nº 1 de Gondomar, desde que solicitem a sua admissão à Direção e sejam admitidos como tal, sendo as inscrições facultativas e renováveis anualmente e a quem compete gerir e definir os destinos da Associação.

## Artigo 8º

### **Membros honorários**

São membros honorários todos os pais e encarregados de educação dos alunos que já frequentaram a Escola Básica nº 1 de Gondomar, bem como qualquer pessoa ou entidade que, em assembleia-geral, por proposta da Direção ou de 10% dos associados, seja provado como tal. § - Os pedidos devem ser dirigidos à Direção da Associação e da recusa de admissão cabe recurso para a Assembleia Geral.

Artigo 9º  
**Membros extraordinários**

São membros extraordinários as pessoas singulares ou coletivas que, pelo seu mérito cultural e artístico, pelo seu valor moral ou por outro motivo, prestem serviços relevantes à Associação. São reconhecidos e proclamados pela Assembleia Geral sob proposta fundamentada da Direção.

Artigo 10º  
**Deveres dos Associados**

São deveres dos Associados:

1. Aceitar e cumprir a orientação contida nos presentes estatutos;
2. Pagar as quotas que forem fixadas em Assembleia Geral;
3. Exercer, com zelo, diligência e gratuitamente os cargos para que forem eleitos;
4. Respeitar todos os membros e em especial os órgãos da Escola e os legalmente constituídos dentro da Associação;
5. Incorporar-se em comissões ou grupos de trabalho, no âmbito das atividades da Associação;
6. Acatar as decisões da Assembleia Geral;
7. Atuar de maneira a garantir a eficiência, a disciplina e o prestígio da Associação, lutando pela prossecução dos seus objetivos;
8. Contribuir com todo os meios ao seu alcance para a inteira realização dos fins desta associação.

Artigo 11º  
**Direitos dos Associados**

São direitos dos Associados:

1. Participar nas Assembleias-Gerais e em todas as atividades da Associação;
2. Elegerem e serem eleitos para quaisquer cargos da Associação;
3. Obter informações e esclarecimentos da Direção;
4. Utilizar a associação para a resolução de quaisquer problemas relacionados com a Escola e os seus alunos;
5. Serem mantidos ao corrente de toda a atividade da Associação;
6. Participar e votar em todas as reuniões para que forem convocados;
7. Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que requeiram por escrito com a antecedência mínima de quinze dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo;
8. Apresentar propostas e soluções que entendam poder contribuir para a concretização dos objetivos traçados no plano de atividades;
9. Apresentar sugestões e problemas cuja resolução caiba à Associação ou para que esta deva contribuir;
10. Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, nos termos previstos nestes estatutos.

Artigo 12º  
**Perda e Suspensão da Qualidade de Associado**

Perdem a qualidade de Associados:

1. Por demissão, os que requeiram, por escrito, à Direção

2. Por exclusão, os que faltarem ao cumprimento dos deveres assumidos para com a Associação, não se integrarem nos fins visados pela mesma ou violarem os presentes estatutos;

### **Capítulo III**

#### **Dos Órgãos Sociais**

#### **Artigo 13º**

##### **Órgãos Sociais**

São Órgãos Sociais da Associação:

1. A Assembleia Geral
2. A Direção
3. O Conselho Fiscal
4. O Conselho de Representantes de pais

#### **Artigo 14º**

##### **Eleição**

1. Os elementos da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral por um mandato de um ano.
2. A votação recairá sobre listas plurinominais, apresentadas à Mesa da Assembleia Geral cessante, até 15 dias antes da Assembleia com fins eleitorais.
3. As listas podem ser apresentadas:
  - a) Pela Direção;
  - b) Por um grupo de pelo menos 10 membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos.
4. Será considerada vencedora a lista que obtenha a maioria dos votos entrados na urna.
5. Os membros dos órgãos eleitos tomam posse, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, nos dez dias consecutivos ao ato eleitoral. Na posse, os órgãos sociais cessantes farão a entrega de todos os valores, escrituração e documentos sociais. Ato do qual se lavrará ata.
6. Os representantes dos pais são eleitos, por turma, no início de cada ano letivo.

#### **Artigo 15º**

##### **Representação e Exercício do Direito de Voto**

1. Os associados poderão fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral ou exercer o seu direito de voto por correspondência.
2. São considerados motivos de impossibilidade de comparência:
  - a) Doença comprovada
  - b) Cumprimento de obrigações judiciais
3. A identificação dos membros eleitorais é feita através de um documento de identificação face aos cadernos eleitorais, expostos no "placard" da Associação, que deverão ser conferidos pelos interessados, oito dias antes do ato eleitoral.

#### **Artigo 16º**

##### **Deliberações**

1. Os órgãos sociais são convocados pelos respetivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, não se contando as abstenções.
3. O Presidente tem voto de qualidade.
4. As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros, preferencialmente, serão feitas por escrutínio secreto.

### **Seção 1ª**

#### **Da Assembleia Geral**

#### **Artigo 17º**

##### **Constituição e Composição**

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação sendo constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A Assembleia é dirigida pela respetiva Mesa que se compõem de um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa, à Assembleia Geral competirá eleger os respetivos substitutos de entre os membros presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da respetiva reunião.

#### **Artigo 18º**

##### **Competências**

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:
  - a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;
  - b) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
  - c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
  - d) Aprovar e alterar Estatutos e demais regulamentos internos gerais;
  - e) Admitir e recusar em última instância novos associados;
  - f) Fixar o montante da quota anual a pagar pelos associados;
  - g) Ratificar a mudança da sede social;
  - h) Deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
  - i) Apreciar as propostas, pareceres ou votos que lhe sejam submetidos;
  - j) Apreciar recursos sobre decisões dos órgãos sociais.
2. Compete nomeadamente ao Presidente da Mesa:
  - a) Convocar e presidir as reuniões, estabelecer a ordem de trabalhos e dirigir os trabalhos da Assembleia;
  - b) Assumir as funções da Direcção no caso de demissão desta até novas eleições, que devem realizar-se nos trinta dias seguintes;
  - c) Assinar as atas com os dois secretários;
  - d) Empossar os membros efectivos nos cargos sociais para que foram eleitos;
  - e) Despachar e assinar o expediente que diz respeito à Mesa;
  - f) Assumir a representação dos Pais e Encarregados de Educação na Assembleia de Escola, conforme estatuído no Regulamento Interno da Escola.

#### **Artigo 19º**

##### **Sessões Ordinárias e Extraordinárias**

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias;
2. A Assembleia reunirá ordinariamente uma vez por cada ano, até ao final do mês de Outubro:
  - a) Para apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do exercício, bem como para apreciação e votação do orçamento e Plano de Atividades;
  - b) Para eleição dos órgãos sociais.
3. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente a pedido de qualquer dos Órgãos Sociais ou de 10% dos membros no pleno gozo dos seus direitos.

#### Artigo 20º **Convocatória**

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com a antecedência mínima de oito dias, pelo Presidente da Mesa ou seu substituto.
2. A convocatória deve indicar a ordem de trabalhos, dia e hora, sendo esta enviada aos membros através dos seus filhos e afixada sob a forma de edital em local acessível a toda a comunidade educativa.
3. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do número anterior, deve ser feita no prazo de oito dias, após o pedido de requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de quinze dias, a contar da data de recepção do pedido de requerimento.

#### Artigo 21º **Quórum**

A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou meia hora depois com qualquer número de presentes.

#### **Seção 2ª** **Da Direcção**

#### Artigo 22º **Constituição**

A Direcção da Associação é constituída por cinco membros, de preferência representando cada ano de escolaridade do 1º ciclo e Jardim de Infância, dos quais um Presidente, um vice-presidente, um Tesoureiro, um Secretário e um Vogal.

#### Artigo 23º **Competências**

1. Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:
  - a) Fazer a gestão de toda a actividade da Associação, tendo em conta a prossecução das finalidades descritas no art.º 2 dos Estatutos;
  - b) Elaborar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano escolar e submetê-lo à aprovação da Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal;
  - c) Dar execução às deliberações da Assembleia Geral;

- d) Escriturar devidamente todas as receitas e despesas da Associação;
  - e) Elaborar relatório e contas do ano escolar findo, submetendo-o à discussão e votação da Assembleia Geral, após parecer do conselho Fiscal;
  - f) Propor à Assembleia Geral a demissão e exclusão de associados e aceitar a sua demissão;
  - g) Incentivar a participação da comunidade escolar nas actividades e vida da Associação;
  - h) Proceder à substituição dos elementos dos órgãos sociais e submetê-la à aprovação do respectivo órgão;
  - i) Indicar os membros que integram o Conselho Pedagógico, conforme estatuto no Regulamento Interno da Escola;
  - j) Proceder anualmente à eleição dos representantes dos pais em cada turma;
  - k) Atender os membros sempre que estes o solicitem, pelo que deve ser marcado dia e hora compatíveis com a vida profissional das pessoas;
  - l) Zelar pela disciplina da Associação;
  - m) Representar a Associação interna e externamente.
  - n) Cooperar com o Conselho Executivo da Escola, o seu Corpo Docente e não Docente, em todos os assuntos de interesse comum em que a Associação tenha participação ativa ou meramente consultiva;
  - o) Indicar dois representantes da Associação para representar esta nas reuniões mensais realizadas pelo C.R.A.P.
2. Compete ao Presidente da Direção:
- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
  - b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
  - c) Convocar e presidir às reuniões com o Conselho de Representantes;
  - d) Representar a Associação em juízo e fora dela;
  - e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de resolução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção da primeira reunião seguinte;
  - f) Proceder à gestão dos Pais e Encarregados de Educação ao serviço da associação;
  - g) Assumir a representação dos Pais e Encarregados de Educação na Assembleia da Escola.

#### **Artigo 24º**

##### **Reuniões**

1. A Direcção reunirá sempre que julgar conveniente por convocatória de Presidente e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez por mês.
2. Poderão participar nas reuniões da Direção, quando convidados:
  - a) Os membros da mesa da assembleia-geral;
  - b) Os membros do conselho fiscal;
  - c) Um representante do conselho docente da escola ou qualquer outra entidade que para tal tenham sido, justificadamente, convidados.

#### **Artigo 25º**

##### **Vinculações**

1. Para obrigar a Associação em actos de gestão são necessárias e bastantes as assinaturas de dois elementos da Direcção, ou de mandatário por ela devidamente constituído para o efeito.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro.
3. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

**Secção 3ª**  
**Do Conselho Fiscal**

Artigo 26º  
**Constituição**

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efectivos, dos quais um é o Presidente e dois são vogais.

Artigo 27º  
**Competências**

Compete ao Conselho Fiscal:

1. Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Associação, sempre que julgar conveniente;
2. Dar parecer sobre o plano de atividades, Orçamentos, Relatórios e Contas, quando a Direção lho apresentar, durante o prazo de oito dias,
3. Dar parecer sobre todos os assuntos que a Direção lhe submeta à sua apreciação.

**Secção 4ª**  
**Do Conselho de Representantes**

Artigo 28º  
**Constituição**

O Conselho de Representantes é constituído pelos representantes dos pais de cada turma do 1º ciclo e Jardim de Infância.

Artigo 29º  
**Competências**

Compete a cada membro do Conselho de Representantes:

1. Integrar a Assembleia Eleitoral conforme estatuto em regulamento Interno da Escola;
2. Informar e coordenar a atividade da Associação junto da turma que ele representa.

Artigo 30º  
**Reuniões**

1. O Conselho de Representantes reunirá ordinariamente com a Direção da Associação, uma vez por mês e sempre que seja agendada reuniões extraordinárias.
2. O Conselho de Representantes reunirá extraordinariamente a pedido de um terço dos seus elementos

**Capítulo IV**  
**Das Disposições Gerais**

Artigo 31º  
**Substituição**



Em caso de impedimento definitivo de qualquer membro dos Corpos Gerentes, ou quando o membro eleito e no desempenho das suas funções nos órgãos sociais faltar três vezes seguidas, sem motivo claramente justificado, o órgão respetivo substitui-lo-á por outro membro efetivo da Associação que deve prover a vaga até à primeira Assembleia Geral. O membro substituído deverá ter a aprovação do órgão social que vai integrar.

#### Artigo 32º

##### **Dissolução e liquidação**

1. Esta Associação é uma instituição autónoma, de duração indeterminada, podendo ser dissolvida quando três quartos dos seus membros efetivos, em pleno gozo dos seus direitos o decidirem em Assembleia Geral, para tal expressamente convocada.
2. Ao património remanescente será dado o destino que os associados em Assembleia Geral determinarem, sendo eleita uma Comissão Liquidatária de entre os presentes.

#### Artigo 33º

##### **Alteração estatutária**

1. A alteração dos presentes estatutos só poderá ocorrer por proposta devidamente fundamentada, submetida no mínimo por 20% dos membros no pleno gozo dos seus direitos.
2. Os membros que apresentem as alterações aos Estatutos obrigam-se-ão:
  - a) Darem, previamente, conhecimento da matéria proposta, em documento entregue aos Órgãos Sociais, através do Presidente da Assembleia Geral;
  - b) Estarem presente na Assembleia Geral para discussão final do assunto proposto e votação.
3. A proposta será votada em Assembleia Geral, especialmente convocada para o efeito, e aprovada por dois terços dos membros presentes e no pleno gozo dos seus direitos.

#### Artigo 34º

##### **Transitório**

Entre a aquisição de personalidade jurídica pela Associação e a primeira Assembleia-Geral que se realizar e que elegerá os seus primeiros Órgãos Sociais, esta será gerida por uma Comissão Instaladora constituída por pais e encarregados de educação, coordenados por 2 elementos eleitos entre eles.

#### Artigo 35º

##### **Omissões**

As situações omissas nos presentes Estatutos serão reguladas pelas disposições legais aplicáveis e pelos Regulamentos Internos em vigor.